

Umarizal da Umbanda, das Mulheres Negras e seus ofícios (Amazônia, Belém Pará, Meados do XX)

Venize Nazaré Ramos Rodrigues

Resumo:

Este artigo analisa a presença de mulheres negras no bairro do Umarizal dos meados do XX em Belém-Pará, relacionando-as ao trabalho, à negritude, às práticas umbandistas, a sua visibilidade na sobrevivência e no comando do lar. Adotamos a metodologia da história oral segundo cânones apreendidos em Thompson (1992), Freitas (2002), Meihy (2005) e Portelli (1997). As lembranças de pessoas que sempre moraram no bairro do Umarizal e nele viveram nos meados do XX fiam as teias das memórias que permitem perceber a vida diária, cotidiano e esfera privada de mulheres comuns. A topologia local favorecia a diferenciação social, pois nas áreas altas do bairro viviam as famílias com maior poder aquisitivo e *status*, já nas partes baixas moravam as famílias e pessoas mais pobres, entre enchentes, matagais, valas, vacarias e escuridão. As mulheres negras do Umarizal moravam nas partes baixas, tinham visibilidade, *status* e dons particulares na classe social onde se inseriam: a mais baixa. Silenciadas pela historiografia, praticavam ofícios que lhes ensejavam autonomia pelo trabalho e na esfera do privado como chefes de família. A umbanda, religião de ancestralidade negra, logrou-lhes espaço de poder feminino, reconhecimento e sociabilidade na comunidade onde viviam e atuavam, questionando-se assim a historiografia oficial que além de ignorá-las em seus protagonismos, reduz as mulheres negras ao papel de meras herdeiras e vítimas do sistema colonial que as escravizou por séculos no Brasil.

Palavras-Chave: Mulheres Negras; Umarizal; Memórias;

Abstract:

This article analyzes the presence of black women in the district of Umarizal in Belém-Pará, linking them to labor, to blackness, to Umbanda religion and to their visibility in survival and home leadership. We used the Oral History method, according to canons comprehended in Thompson (1992), Freitas (2002), Meihy (2005) and Portelli (1997). The memories of people who lived in Umarizal in the mid-20th century spin the webs of the past that let us perceive the daily life, the routine and the private sphere of common women. The local topology contributed to the social differentiation, because the families with greater purchasing power and status lived in the highlands, and the poorer families lived in the lowlands, amidst the floods, scrublands, ditches, cowsheds and darkness. The black women from Umarizal lived in the lowlands, and had some visibility, status and particular powers in the class they belonged to: the lower. Silenced by historiography, they worked in the crafts that used to give them autonomy in labor and in private sphere as family leaders. Umbanda, religion with African ancestry, added a space of female power, recognition and sociability in the community where they lived and worked, what questions the official historiography that, besides ignoring their relevance, also reduces those black women to the role of mere heirs of the colonial system that enslaved them for centuries in Brazil.

Keywords: Black Women; Umarizal; Memories;

Introdução

O presente texto analisa o espaço urbano do Umarizal nos meados do XX, com ênfase na presença de mulheres negras nos lugares do bairro, adotando a metodologia da história oral, segundo os cânones e procedimentos apreendidos em Thompson (1992a), Freitas (2002), Meihy (2005), Portelli (1997), que permitiu captar recorrentes lembranças de pessoas que sempre moraram no Umarizal e que rememoram mulheres negras e suas marcantes experiências no bairro, relacionadas ao trabalho, à negritude, às práticas umbandistas, à visibilidade na sobrevivência e no comando do lar.

A memória, a partir do trabalho de Maurice Halbwach (1990) passou a ser localizada no âmago do coletivo, uma vez que somos seres sociais e pulsamos como indivíduos no grupo, cujas memórias constituem um fenômeno coletivo e social, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Thompson (1992b) observa que a recordação afirma pessoal e publicamente quem narra, pois ao lembrarmos e sermos lembrados, somos valorizadas como narradores de histórias de interesse para uma coletividade maior. Afirmação de protagonismo na história que se narra, vive e representa.

Esta metodologia é significativa para os fins a que se propõe este trabalho, pois no rastro da memória oral, narradoras compartilharam em sua infância, adolescência e juventude experiências sociais e cotidianas de mulheres negras simples e anônimas do Umarizal nos meados do século XX, rememoradas ao longo deste trabalho.

As lembranças de W. Ramos, nascida no ano de 1946, antiga moradora que nasceu no bairro do Umarizal, T. Coelho, também moradora antiga que viveu sua infância e juventude no bairro, assim como as lembranças de O. B. C, nascida em 1933, possibilitam perceber as práticas do espaço no protagonismo de negras, seus ofícios e suas marcas no cotidiano e a vida diária daquele bairro, nos simbolismos, ritualizações, formas de sobreviver e viver destas mulheres no bairro marcadamente negro. Certeau (1994a p. 188) contribui no alcance do método:

As relíquias verbais de que se compõe o relato, ligadas a histórias perdidas e a gestos opacos, são justapostas numa colagem em que suas relações não são pensadas e formam, por esse fato, um conjunto simbólico (,,,) que se articulam por lacunas. Produzem, portanto, no espaço estruturado do texto, antitextos, efeitos de dissimulação e de fuga, possibilidades de passagem a outras passagens...

Assim, as fontes orais ensejam novos tópicos de investigação sobre mulheres comuns e sua presença na construção do bairro e da cidade, fiando as teias de memórias que apontam para um passado pela reminiscência, presente nas narrativas, onde as lacunas se articulam e

fazem sentido no conjunto simbólico das práticas culturais que impulsionam movimento às histórias das mulheres negras do Umarizal no período estudado.

Lucien Febvre é referencia nesta concepção da escrita da história:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninha. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1989, p.249).

Baixo Umarizal: lugar de negros e negras

O bairro do Umarizal se implanta enquanto estrutura urbana no processo de expansão da cidade nos meados do século XIX, porém constrói identidade no ritmo das mudanças que se efetuam na cidade ao longo da sua história. Torna-se lugar de memórias “(...) pelas histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas. (CERTEAU, 1994b, p. 188)”.

O bairro era marcado por valas, capim, enchentes, aningal, escuridão, principalmente nas partes baixas. O Igarapé das Almas tornava o bairro quase intransitável nas suas fronteiras com o Reduto, mas fazia a alegria das lavadeiras que usavam suas águas as suas lavagens, Fotografias antigas mostram as roupas quarando sobre o capinzal do igarapé. As vacarias¹ marcavam o espaço urbano e estavam presentes por toda a cidade. No bairro, ocupava grande extensão na rua Domingos Marreiros, depois loteada nos anos 60 para terrenos de moradia, assim como na área onde posteriormente foi construído o prédio da UNAMA- Universidade da Amazônia, na Alcindo Cacela, limite da Pedreira. (Rodrigues, 2010b).

Era o bairro habitado pela população pobre e foi reduto de artistas, cantores, pessoas que se dedicavam à boemia e ao mundo das artes, conforme registra CORREA (2008a), A presença marcante de músicos pobres e negros que lá moravam, como Tó Teixeira, Santa Cruz, Aluísio Santos, Artemiro Ponte Sousa, conhecido como Bem-Bem, Pedro Matafome,

¹ Espécie de pequenas granjas, na maioria de portuguesas, presentes por quase todos os bairros; forneciam leite, verduras e ou flores destinadas à estética da morte, ornamento dos caixões. Essas vacarias quase sempre se situavam em zonas alagadas e o gado existente, criado sem muito cuidado, conferia um odor característico a essas áreas hoje urbanizadas da cidade de Belém (RODRIGUES, 2010)

Belém, Vicente Teixeira, Raymundo Canella, Raymundinho Pinheiro, Maçuinho, tornava o Umarizal bairro suburbano e festeiro.

O gosto pela música, festas e serenatas, aproximaram literatos e músicos, como Emilio Albim, Waldemar Henrique, Guiães de Barros, Romeu Mariz, nas noitadas boemias do bairro. Enfatiza Correa que tudo que era instrumentista, compositor, letrista de pastorinha morava por lá. As barracas eram pobres e alegres, cheias de sons, risos, festas, cantorias. (CORREA, 2008b).

Salles ressalta que a cultura popular e das ruas era presente no bairro, No livro "O Negro no Pará" (2005) informa que os negros com o passar dos tempos adquiriram uma admirável habilidade na arte da musica e da dança realizando pomposos festejos a comemorar São Benedito e Divino Espírito Santo, passando sua cultura para os brincantes da época. Em Belém, Mestre Martinho, depois de morar em varias ruas da cidade, veio morar definitivamente na Rua Bernal do Couto, no Umarizal. Salles enfatiza que apesar de Martinho estar com 81 anos de idade, continuava a comandar os tão famosos festejos que duravam 15 dias, atraindo muitos participantes da cidade, porque paralelamente a esta festa religiosa estavam presentes danças, bailes, jogos, os divertidos tipos de recreação popular que mobilizava os moradores do bairro. Salles (2005b p. 325-327) cita que o Umarizal era o centro de atividades festeiras e o de maior repercussão, de onde irradiou-se a cultura negra para outros bairros periféricos, como Pedreira, Guamá, Jurunas, Cremação, Vila da Barca, depois que se modernizou, chegando hoje a se constituir bairro de elite, com o mais valorizado m² da cidade. Das noites de junho aos tipos bizarros que perambulavam no bairro, do pastoril, presépios e bumbas, dos esmolantes de santo, dos bares da boemia, o Umarizal torna-se foco das crônicas de De Campos Ribeiro (2005), nas evocações de Belém do passado.

No bairro proliferaram terreiros de umbanda onde os festejos dos orixás se misturavam às procissões e ladainhas. O tambor corria solto nas noites e madrugadas, nas rodas de batuque. Os santos mais festejados eram São Benedito, Nossa Sr.^a da Conceição e São Pedro. Nas manhãs os terreiros eram espaços dedicados a criançada com paus de sebo, quebra pote e muitas brincadeiras que ensejavam alegria na meninada. As festas juninas, os Carnavais, com seus blocos de rua e batalhas de confete, as pastorinhas e os presépios marcaram o calendário sacro e profano do bairro.

Percebe-se uma diferenciação social no espaço habitado do Umarizal, de acordo com a topologia do espaço. Nas partes altas viviam as famílias de melhor poder aquisitivo e

maior status, enquanto que nas partes baixas sujeitas a enchentes, com matagal, valas e vacarias e escuridão das ruas, moravam as famílias e pessoas mais pobres que conviviam com toda sorte de dificuldades, desde aquelas relativas à natureza até a luta diária pela sobrevivência, desenvolvendo os ofícios mais humildes da escala profissional. Na fronteira da exclusão a referência era a atual Generalíssimo Deodoro e Alcindo Cacela (antiga 22 de junho) onde habitavam as camadas altas e medias do bairro, enquanto que nas baixas em direção ao antigo Igarapé das Almas, atual Doca de Souza Franco e na Matinha, bairro fronteiro ao Umarizal, moravam as camadas mais pobres daquela sociedade, trabalhadores em sua maioria vivendo de trabalho informal. As mulheres negras, foco deste artigo, moravam no Baixo Umarizal, onde possuíam visibilidade e status pelos dons particulares que as destacavam nestes lugares em meados do século XX.

É também na baixa do Umarizal que as intérpretes da pesquisa, narradoras do protagonismo das mulheres pobres e negras do Umarizal, situam suas experiências em relíquias verbais que remetem à sociedade que se forjou neste espaço nos meados do XX. Memórias que lembram a forte presença de negras e suas marcas de trabalho entranhadas nos mais diferentes ofícios, o que permitia a sobrevivência das famílias, diante do grau de pobreza verificado naquela realidade.

Mas as memórias também reconhecem mulheres altivas, lideranças religiosas que conquistavam o respeito em suas comunidades, em torno dos rituais umbandísticos, saberes e poderes que compartilhavam. Tinham essas mulheres o reconhecimento do povo simples que habitava o bairro, pois ajudavam a enfrentar as doenças com seus unguentos e ervas, a fazer partos na ausência de médicos e hospitais, a iniciar as crianças na tolerância e respeito a todas as religiões, onde mães e pais de santo reverenciavam os santos nos altares católicos, onde Deus e Orixás conviviam e mereciam deferência. Essas mulheres construíram uma rede de sociabilidades através da reza, do lazer, do produto de seus trabalhos e da rede de solidariedade que teciam no dia a dia de suas vidas. Decifrar essas personagens no tempo, ler o que se escreveu sobre elas através da ficção, memórias, fotografias, ensaios etnográficos é uma forma de se aproximar de suas identidades.

A pesquisa questiona a invisibilidade da mulher negra e pobre na história oficial. Buscamos nominá-las como sujeito histórico, enfatizar suas ações no cotidiano de suas vidas, pois embora a sua participação tenha sempre sido ignorada pela historiografia, as lavadeiras, as doceiras, as açazeiras, as parteiras, as benzedeiras, as explicadoras, e outras tantas que não mereceram foco e moldura nas explicações históricas, são mulheres que marcaram a história nos tempos de suas vidas no bairro do Umarizal. São caminhos de

pesquisa que podem contribuir para uma melhor compreensão da história das pessoas comuns e anônimas dos arrabaldes das cidades, sua contribuição na construção histórica dos espaços urbanos com suas experiências sociais, das quais pouco se conhece e se registra. História invisível.

Seja pela expressão religiosa que lhes conferiu respeitabilidade e reciprocidade na comunidade estudada, seja pelos ofícios que dominavam e exerciam, desenvolveram práticas de autonomia e independência, transformaram suas casas em unidades de produção para junto à família, lutarem pela sobrevivência.

Mulheres negras e protagonismo no Baixo Umarizal

As memórias têm nome: Maria Barraca, D. Joana, D. Catoca, D. Candida, D. Juca, D. Biloca, D. Marcela, Maria da Glória. À exceção da última, todas essas eram negras, provedoras do lar e chefes de família, bem antes da década de 60 que colocou a mulher na vanguarda da luta por direitos historicamente negados. Eram responsáveis pela subsistência de todos que habitavam suas casas, através dos vários ofícios que seus saberes ensinavam, embora algumas tivessem marido e filhos adultos do sexo masculino. Nota-se que estes homens não se caracterizaram como provedores e viviam à custa de suas mulheres sem qualquer vínculo com o trabalho produtivo.

Estas mulheres que marcaram o bairro na década de 50 e 60 como referência familiar e comunitária, conferiam presença e visibilidade negra ao bairro do Umarizal, pelo ofício que desempenharam, pelo papel de líderes religiosas que tinham na umbanda a religião de origem e de raiz;

D. Joana morava na Domingos Marreiros, era benzedeira, mãe de santo. Conta-se que também pedia esmola longe de seu bairro, o que de certo lhe estigmatizaria se fosse tornado público. Sua casa era de barro e piso de chão batido, sem compartimentos. Muitas redes armadas de dia e de noite compensavam a falta de móveis, bancos fixos de madeira se estendiam na beirada dos espaços. O giral para lavar louças era parte do que deveria ser uma cozinha onde o fogão de lenha cozinhava o básico, quando tinha. Questão de dignidade, podiam passar fome, mas nada pediam aos vizinhos. No quintal grande, entre mangueiras, bananeiras, tucumãzeiro e goiabeiras, situavam-se o poço, o banheiro e retrete ou centina - nome conferido aos sanitários de antigamente, geralmente distante das casas de moradia.

Na entrada da casa, no que seria a sala, um altar onde seus santos e seus guias eram reverenciados. D. Joana recebia seus caboclos em casa, mas não fazia batuque até altas horas, talvez por respeito à vizinhança muito próxima. Espantava os quebrantos das crianças

com rezas para invocar proteção e curar doenças com folhas de arruda e ou vassourinha, de olhos fechados, em preces incompreensíveis para as mães que a procuravam. Fazia a vez dos médicos numa comunidade onde estes não chegavam e era alto o índice de mortalidade infantil.

D. Joana era negra e umbandista. Sua casa se tornou centro de peregrinação por um tempo, pois no seu altar uma santa chorou lágrimas de sangue. Jornais, repórteres e radialistas se revezavam para tentar entender o fenômeno, alguns em vigília taxavam de charlatanice, outros atribuíam à química dos elementos que compunham a imagem e os fieis identificavam um milagre, pois em momentos não era apenas uma santa, mas várias que choravam, lágrimas incolores e escarlates. Crianças vizinhas e curiosas olhavam entre as frestas da casa para identificar fraudes e verificar se alguém manipulava as imagens com fins suspeitos. O certo é que a Domingos Marreiros se tornou centro de romaria, pobres e ricos revezavam-se em rezas, preces, pedidos e penitências, disputando pedaços de algodão manchados de sangue. Com o passar do tempo, secaram as lágrimas e esvaziou-se o intenso fluxo das pessoas na casa da D. Joana. Nada ficou de material que modificasse o quadro de pobreza de sua casa.

D. Catoca era negra, chefe de família e morava com uma filha adotiva chamava Oneide. Não era mãe de santo, mas adepta da umbanda. Era a professora do lugar, sem qualquer formação que a credenciasse para o exercício da profissão, além da prática em desemburrar as crianças antes de irem para os grupos escolares e da acessibilidade nas mensalidades cobradas naquela população carente. Sua faina começava cedo. A sala tinha grandes mesas cercadas de bancos onde as crianças se acotovelavam. Um relógio antigo badalava as horas que S. Bazilio, marido da D. Joana citada acima, cuidava de manter, numa rotina que se repetia a cada dia e que implicava dar corda no relógio e verificar seu funcionamento sob os olhares das crianças que acompanhavam o rito aprendendo na prática as horas, sem qualquer lição a respeito. Falas maldosas identificavam uma aproximação além da amizade ente D. Catoca e S. Bazilio, marido da vizinha, porém isto não afetava sua respeitabilidade social. Oneide, sua filha adotiva, de vez em quando ia para o tosco piano tocar a única música que aprendeu: Pour Elise. Era a glória, as crianças se embeveciam com a exibição.

D. Catoca era respeitada e procurada pelas famílias das redondezas, tanto para ensinar as primeiras letras como para o reforço escolar. Sua casa era a escola da rua e do bairro, sua pedagogia era a da decoreba e tabuada. A meninada se reunia em torno de sua mesa para tomar a lição, e repetir o que tinha ensinado. Os alunos que sabiam a resposta

tinham o direito de usar a tabuada nos que não sabiam ou tinham errado a resposta adequada. Quando nenhum acertava era a vez da D. Catoca palmatear todos, sob choro dos mais fracos e sensíveis, os menores chegavam até a se urinar diante do medo da palmatória. Depois, aprendiam a estudar para bater nos outros. A matemática implicava em saber fazer as contas, somar, diminuir, multiplicar e dividir. Tinha o dia de verificar a aprendizagem relativa aos estudos sociais, que implicava em saber quais os estados e capitais do Brasil, além dos países do mundo, tudo na ponta da língua, sem um mapa sequer. A leitura era obrigatória, para os iniciantes a cartilha do ABC, os adiantados liam os jornais passados e doados. De vez em quando leitura em voz alta por um aluno, quando todos escutavam em silêncio. A prática da caligrafia era obrigatória.

Tinha o dia de lazer na Escola da D. Catoca. As crianças iam para o extenso quintal, umas capinavam, outras varriam, outras lavavam os potes e os enchiam com a água do poço, conforme o tamanho e idade das crianças. Educação para o trabalho que atendia as necessidades da escola e da casa da D. Catoca. Este era um dia muito esperado pelas crianças, que trabalhavam e brincavam numa alegria impar. Ao entrarem na escola formal os alunos da D. Catoca se destacavam, pois sabiam ler, escrever e contar como poucos, nos grupos escolares.

D. Maria Barraca também negra morava na Domingos Marreiros nas proximidades com a nove de janeiro. Era umbandista e mãe de santo. Não tinha marido, mas dois filhos adultos, a Ceci que a ajudava na faina diária e vendia tacacá na porta da casa aos domingos, Carlito que trabalhava fora. D. Maria sobrevivia da venda do açaí, que amassava todos os dias de forma tradicional, utilizando seus alguidás, peneiras e baldes na faina diária sob os olhares dos compradores de sempre, que sentados nos bancos coletivos fixados no chão do puxado anexo a casa, acompanhavam o ritual de produção do alimento em redor do tabuado, espécie de mesa, onde reunia os apetrechos de trabalho. Ali os compradores esperavam sua vez e atualizavam as conversas, as crianças nem sentiam o passar do tempo ou se preocupavam com a demora, brincando com seus pares. Neste tempo cada um levava sua vasilha para acondicionar o açaí, não como atualmente onde são transportados em sacos de plásticos. D. Maria distribuía de graça a água do açaí que as mães cuidavam de misturar ao produto puro para aumentar o volume e satisfazer melhor a família. As mãos da Maria Barraca eram permanentemente roxas do contacto com os caroços o açaí. Nas tardes de domingo vendia tacacá no tabuleiro à frente da sua casa, sob a batuta da filha Ceci.

D. Maria barraca era poderosa no batuque, mulher pequena e franzina. Um grande altar reunia os santos católicos onde S. Benedito, S. Cosme e Damião, S. Jorge, eram reverenciados entre outros. Julica, rezadeira famosa da comunidade, com voz enérgica e suave puxava a reza de ladainhas em latim todas as noites durante a semana de festejos. Na manhã de abertura dos festejos era distribuído chocolate com bolacha para as crianças que esperavam avidamente este momento sentadas em longos bancos que se estendiam por toda a parede da sala e ante sala de D. Maria Barraca. Depois era a procissão que se estendia até o bairro do Telégrafo, onde a santa era acolhida numa casa e colocada em altar já preparado.

A noite, lá pelas nove ou dez da noite, a festa começava na casa de D. Maria Barraca, em outro ambiente, onde finda as ladainhas, iniciava o batuque, que se estendia por toda a madrugada até a manhã, quando as entidades - índios, encantados, caboclos e preto velhos incorporavam nos filhos e filhas de santo, entre cantos, batidas de tambor e maracás, cachaça, cerveja e muito suor. Anualmente se repetia este ritual e nunca ninguém acusou D. Maria Barraca de perturbar o sossego público ou fazer maldades com suas macumbas. Era respeitada por sua idade, seus saberes, seus ofícios de amassadeira de açaí e fazedora de tacacá e provedora da família. Seus passos de mulher de idade lhe dirigiam pesadamente todas as manhãs à pé para o Ver O Peso, numa rotina que implicava em escolher e comprar a goma para o tacacá e as tapiocas, os camarões, o açaí para amassar e o que mais precisasse. Muito mais que um trabalho, parecia ser um prazer e uma obrigação com a comunidade o que movia D. Maria Barraca em sua arte.

D. Candida era umbandista, franzina, lavadeira, provedora do lar. Morava na Domingos Marreiros próximo a nove de janeiro. Única mulher branca a se destacar no batuque, realizado no Dia de S. Pedro, quando num lauto almoço, resultado de suas economias, homenageava o santo e seu marido chamado Pedro, que aniversariava neste dia. Adotou uma menina negra, sapeca, que vivia correndo de um lado pra outro fazendo confusão, seu nome era Diquinha. D. Candida era uma presença tímida quase invisível no bairro, porém por ocasião das festas de santo se destacava e mostrava todo seu poder de umbandista, religiosa e agregadora da comunidade.

D. Biloca. mulher pequena, gorda e atarraxada, festejava seus santos e guias com maestria na esquina da Nove de janeiro com a Domingos Marreiros, numa ampla casa situada num grande terreno. No Dia de S. Benedito fazia a alegria da comunidade num arraial com jogos e brincadeiras que se estendiam por todo o dia. O pau de sebo com notas de dinheiro lá no alto desafiava os mais ágeis e corajosos, pois uma intensa vaia seguia-se as inúmeras tentativas fracassadas, até que o herói da tarde conseguia o mais disputado prêmio.

As brincadeiras de quebra pote, as corridas de saco e tantas outras diversões completavam o dia de lazer que mobilizava crianças, jovens e adultos. As noites eram dedicadas às rezas e batuques aos santos que acompanhavam S. Benedito.

D. Juca mulher negra, alta e elegante, morava na Nove de Janeiro. Não parecia ser umbandista nem mãe de santo, mas guardava devoção aos seus orixás. D. Juca se destacava por suas qualidades de doceira. Com a venda das guloseimas que exibia nas tardes dos domingos em tabuleiros à frente da sua casa, contribuía no sustento da família. Bolos de macaxeira, bom bocado, rosquinhas, cocadas e o sempre tacacá eram disputados. A doceira investia na sua imagem, fazia sua venda sempre vestida de branco com turbantes na cabeça, destacando-se no colorido de seu atraente tabuleiro. Nossa interprete, Wilma Ramos lembra que também não tinha marido e que promovia festas dançantes em sua casa por pura diversão.

D. Marcela era a parteira do bairro, num tempo em que era quase considerado um luxo o acesso das mulheres às maternidades, significava luz e conforto para quantas precisassem de seus serviços. Era também mãe de dois filhos, mas vivia só e sustentava sua casa através de seu ofício de fazer partos. Morava numa casa recuada, de madeira, com grande escadaria na frente e ladeada de árvores, arbustos e plantas típicas da Amazônia que permitiam um estreito e rústico caminho de acesso a casa. D. Marcela era negra, desgrenhada e caminhava devagarzinho pelas ruas mal iluminadas das baixas do Umarizal. Contava-se que um de seus filhos, Lucio, tinha desaparecido no fundo do poço da casa por obra de encantaria e o outro tinha ido para a guerra, portanto vivia sozinha e reconhecida apenas pelas mulheres pobres da comunidade. Contava-se que fazia adivinhações e jogava cartas, porém devia ser para um número muito reduzido de clientes, pois tudo naquela casa provocava certo medo e temor.

W. Ramos lembra que atendia as parturientes a qualquer hora, mesmo noite adentro, quando enfrentava a escuridão e clareava seu caminho queimando jornais velhos, o que lhe permitia chegar às casas das mulheres necessitadas de seus serviços de parteira. Passava então a ser madrinha das crianças que nasciam sob suas mãos. E muitas lhes tomavam a bênção, mesmo que na igreja outras fossem escolhidas as madrinhas oficiais.

Maria da Glória, negra solitária e sem família, vivia da caridade de alguns moradores da Domingos Marreiros no Umarizal. Era alta, franzina, olhos azuis e características africanas. Locomovia-se pelos quintais sem cerca e arranchava-se nos cantos

das cozinhas e puxadas onde dormia, cozinhava alguma coisa para comer e arrumava incessantemente suas trouxas. A generosidade das famílias a acolhia, sem perguntas. Brigava com as crianças que dela zombavam por suas esquisitices. Muito velha, porém não declarava a idade. Vaidosa, pintava-se e alocava papel amassado na boca a fim de levantar suas bochechas caídas. Ninguém sabia de sua ascendência e documentos não possuía. De vez em quando se reportava aos seus brancos, se arrumava e saía talvez para suas casas pegar algum dinheirinho. Morreu não se sabe onde, nem se sabe quando.

Além destes espaços dedicados ao trabalho e à prática da religiosidade afro amazônica, cujas referências remetem praticamente a um quarteirão que se estendia da Rua Domingos Marreiros à travessa Nove de janeiro, outros centros umbandistas existiam no Umarizal, a saber, a casa do Tenente Bentes na Antonio Barreto, do S. Antonio na Diogo Moia, da Dina - ,intérprete deste texto - ainda existente, também na Antonio Barreto. Todos tinham seus santos de predileção, seus espaços de festa e sua relação íntima com a comunidade do entorno, que tinha na distribuição de balas, presentes e bombons no Dia de São Cosme e Damião, um programa obrigatório e indispensável.

Fervilhavam os rituais, as festas e as oferendas. O mundo umbandista e o não umbandista confraternizavam nas homenagens aos santos católicos que habitavam os altares e os congás. Entidades da umbanda eram saudadas nos espaços num misto de devoção e respeito que neutralizavam o preconceito e discriminação em relação a essas manifestações religiosas.

Historia escrita na contramão: autonomia como práticas e legado de vida

A experiência da escravidão decerto marcou a vida e a história das mulheres negras no Brasil. Três séculos e meio deixaram marcas indeléveis no tecido social, onde o preconceito, racismo e exclusão são fenômenos recorrentes na sociedade brasileira. Mas não apenas isso, como constatam estudos a respeito da mulher negra no Brasil.

Ruth Landes (1967a), antropóloga americana que veio para o Brasil estudar a vida dos negros neste país, ente 1938 e 1939 oriunda da Universidade de Columbia, visitou os terreiros de candomblé na Bahia e Rio de Janeiro. Conheceu Edison Carneiro² que a tutelou nas inúmeras visitas aos terreiros de candomblé na Bahia. Percebeu que os maridos eram

² **Edison Carneiro** (1912-1972) foi um dos maiores etnólogos brasileiros, comprometido com os estudos sobre a cultura afro-brasileira, cujos trabalhos estiveram decisivamente implicados no desenvolvimento das pesquisas sobre as relações raciais e as culturas de origem africana no Brasil.

ausentes, ao que Edison retrucou que não eram de confiança e não “ganhavam nem para si, quanto mais para sustentar família”. (1967b,p.48)

O olhar arguto de Landes também percebeu que as mulheres negras andavam sós, mesmo quando acompanhadas por um homem, diferente das mulheres aristocratas que jamais andavam sozinhas após o por do sol. Cita o diálogo com Edison Carneiro a respeito da Dona Menininha e suas duas filhas ambas sacerdotisas. Enfatizava o estudioso que Mãe Menininha era casada, mas se sustentava, assim como as filhas fariam ao casar, pois viveram com independência por tanto tempo e tantas gerações que não era possível imagina-las dependentes e trancadas em casa.”Economicamente tanto na África como no Brasil, contara consigo mesma e isso se combinava com a sua eminência no candomblé para dar um tom matriarcal à vida familiar entre os pobres.” (Landes, 1967c, p . 86,87)

Suely Carneiro, filósofa, ativista e uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil, fundadora do Geledes, Instituto da Mulher Negra, registra a expressão “matriarcado da miséria” referindo-se às situações de humilhação e degradação que a mulher negra teve de enfrentar no dia a dia de sua vida sob o regime de escravidão no Brasil, sem contar com a proteção do homem negro, o que as forçou a desenvolver sentimento de independência e autonomia, afinal só contava consigo para cuidar de si e de sua família. (História Viva, s/d p. 48) Salienta que essa espécie de matriarcado foi gerada pela exclusão e rejeição social, desenvolvendo-lhe sentimentos e práticas de resistência fosse pelo trabalho, pela religião, pelos laços familiares, pela recriação das tradições africanas no Brasil.

Maria Odilia Dias (DIAS, 2013), em sua obra Resistir e Sobreviver, enfatiza que no passado escravista a mulher negra teve de se superar para resistir e viver “É como se a todo momento fosse preciso inventar formas de não morrer, não adoecer e não enlouquecer enquanto serviam a seus senhores”(p.360). Recorriam ao mundo espiritual, à religião e magia através de plantas, folhas e raízes para se cuidarem e aos seus. Seus cânticos nas horas de trabalho rimavam com os golpes da enxada, evocação dos deuses para resistirem ao cansaço e chibatadas com cantigas de jongo ou de “desafio” nos cafezais. Desenvolveram sentimentos de coletividade, raramente fugiam abandonando os filhos, mas em todos os quilombos elas colaboravam para a sobrevivência do grupo.

No dia a dia de suas vidas resistiam às investidas tanto dos senhores, capatazes, feitores quanto aos homens que eram escravos como elas. Como estratégia de sobrevivência comprava a alforria pelo trabalho em roças domésticas e demais trabalhos de rua. Exercitavam sua autonomia desde cedo, marcante verificar que a partir da segunda geração no Brasil, as escravas crioulas e as libertas preferiam não casar.

As escravas de ganho trabalhavam dia e noite para economizar e comprar alforria, fenômeno feminino e urbano no século XIX, mas tinham dificuldades de se afirmar como livres na própria família. As forras eram mulheres independentes, a maioria tinha comprado sozinha sua liberdade. As libertas de uma forma ou outra, quitandeiras, lavadeiras, costureiras ou taverneiras, afirmavam sua autonomia na organização da vida material e relações sociais. Com a abolição as libertas reviveram dificuldades para se inserir na nova ordem. Obstáculos para passar os bens para os descendentes, preconceito em virtude de seu sexo e sua cor. Em 1890 uma lei proibiu as mães solteiras de criarem seus filhos que encaminhados como “crias” para casas particulares. “Quando tudo conspirava contra suas vidas, abriram caminhos, combateram preconceitos e afirmaram posições conquistadas” (DIAS, 2013bp. 379)

Nepomuceno (2013) chama atenção que foram alijadas do mercado formal do trabalho no início do século, mas não desistiram de bancar sua sobrevivência, fizeram de suas casas unidades de produção movidas pela solidariedade, conforme poderemos ver nas mulheres negras do Umarizal. Vendendo tacacás, açaí, doces ou lavando roupas “para fora” buscaram alternativas para sobreviver junto com suas famílias. Desde o pós-abolição, com a exclusão e dificuldades do negro do espaço formal de trabalho, a mulher negra então foi premiada a assumir as tarefas de sobrevivência na familiar. Privadas da presença de um companheiro fizeram arranjos familiares tornando-se pai e mãe de suas proles(p. 406). Ressalta que as mulheres africanas na África costumavam ser responsáveis por seu sustento e dos filhos, pois as atividades masculinas estavam ligadas a trabalhos com , guerra, ouro, escravos, distanciando-se do lar e das tarefas cotidianas de sustento e educação dos filhos.

Nauar (2013a) em estudo sobre experiências e trajetórias de mulheres negras em Belém no mundo do trabalho entre 1890/1910, ressalta que as mulheres negras encontraram dificuldades até em serviços domésticos, pois dava-se preferência às estrangeiras. Em 1898 foi criada a Postura Regulamentar para o Serviço Doméstico em Belém, que vigorou por dez anos. Este código disciplinador no seu art. 28 determinava que todo serviçal tinha que ser inscrito junto a comarca de Belém para exercer o serviço de doméstica e pagar pela sua inscrição. Visava controlar as práticas e costumes das mulheres negras, como seu comportamento nas casas dos patrões. Numa espécie de Carta de Referência determinava no art. 38 que três notas negativas seguidas, obrigava a negra a assinar termo de bom viver e no caso de infração de qualquer dispositivo, resultava em multa de 10\$000 ou prisão de três dias ou dobro na reincidência.

Nauar atenta ao longo do seu texto sobre as dificuldades da mulher negra num mundo marcado pelo preconceito e exclusão, como também ressalta que este tipo de trabalho ensejava autonomia e reprodução de sociabilidades múltiplas, reciprocidade e amizade, onde inexistia fronteiras rígidas entre sagrado e profano, trabalho e lazer, diversão e reza, compadrios e conflitos (2013b, p. 48).

Depreende-se assim que pelas dificuldades até de exercer trabalhos domésticos com fins de salário, as mulheres negras faziam de suas casas unidades de produção, explorando os ofícios que lhes eram peculiares, como venda de tacacá, açaí, doces. Além daquelas que vendiam nas ruas e nos tabuleiros produtos de toda ordem como as do Ver O Peso, como peixes, frutas, legumes, ervas, flores, guloseimas como doces de toda ordem, paçoca, etc..

Considerações

O Umarizal era território marcado pela presença negra, em particular a feminina, com suas mandingas, seus sabores, sua musicalidade, suas cores e suas expressões religiosas calcadas em traços e vivências destes grupos que se tornaram referencia naquela comunidade e identificavam as africanidades amazônicas.

Silenciadas pela historiografia, praticavam ofícios que lhes ensejavam autonomia pelo trabalho. Na esfera do privado como chefes de família. A umbanda, religião de ancestralidade negra, logrou-lhes espaço de poder feminino, reconhecimento e sociabilidade na comunidade onde viviam e atuavam, questionando-se assim a historiografia oficial que além de ignorá-las em seus protagonismos, reduz as mulheres negras ao papel de meras herdeiras e vítimas do sistema colonial que as escravizou por séculos no Brasil.

REFERENCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Estrelas com Luz Própria in História Viva- Temas Brasileiros, Presença Negra**. Ediouro Gráfica. N. 3.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1- Artes de Fazer**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

CORREA, Angela Tereza De Oliveira. **A Vida Noturna em Belém: A Boêmia Poética 1920/1940**, Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom

DE CAMPOS RIBEIRO. **Gostosa Belém de Outrora**. Belém, SECULT, 2005.

DIAS, Maria Odília. Resistir e sobreviver, in **Nova História das Mulheres no Brasil**. Org. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. São Paulo. Contexto, 2013.

FREITAS, Sonia. **História Oral, Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo, Humanistas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HISTÓRIA, VOCES Y MEMÓRIA. **Revista Del Programa de Historia Oral. Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones de America Latina. Facultad de Filosofia y Letras** . Universidad de Buenos Aires, 4 , 2012.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1967 LE GOFF, J. História e Memória. Campinas, SP. UNICAMP, 2003

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral**. 2ª edição, Edições Loyola, 2005

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. Cenas do mundo do Trabalho: experiências e trajetórias de mulheres negras em Belém - 1890/1910. Revista Gênero, Rio de Janeiro, v. 1, p. 35-46, 2004.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um Pouquinho. Algumas Reflexões sobre Ética na História Oral. In: Projeto História (15). São Paulo: PUC, 1997.

RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. **Cidade Narrada: Memórias, Histórias e representações**, in Memórias de Belém de Antigamente. Org. Fares, Josebel Akel. EDUEPA, 2010.

_____, Bairro e Memória: Umarizal das vacarias aos espigões. (Belém, 1950/2000). XVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, Rio Grande do Norte, julho 2013

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão.**, 3 ed., Belém: IAP; Programa Raizes, 2005.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

ENTREVISTAS

O. B. C. nascida em 21 de agosto de 1933, antiga moradora do bairro, entrevistada por Venize Rodrigues.

T. Coelho, antiga moradora do bairro do Umarizal, entrevistada por Venize Rodrigues

W. Ramos, nascida em 5 de dezembro de 1946, antiga moradora do Umarizal, entrevistada por Venize Rodrigues

SOBRE A AUTORA

Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará e Mestrado em Ciências da Educação: Docência na Educação Superior pelo Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribeno, Universidade Felix Varela – Cuba. Professora Assistente IV da Universidade do Estado do Pará - UEPA, experiência na área de História, atuando principalmente em Amazônia, História oral, Memórias, Cultura, e Cidade. Membro do Núcleo de Pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA) e Amazônia: História, Culturas e Identidades, Associada na (ABHO) - Associação Brasileira de História Oral e na Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH).Coordena o Curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado do Pará UEPA.

Email: venizerodrigues@gmail.com

Recebido: 12/12/2018

Aprovado: 16/02/2019